

**ARTICULAÇÕES ENTRE O CAMPO RELIGIOSO E O TRABALHO
PROFISSIONAL COM A SAÚDE NA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃZINHAS DA
IMACULADA CONCEIÇÃO (1960-1990).**

Caroline Jaques Cubas*

RESUMO: O presente artigo apresenta articulações entre as características específicas do campo religioso, no que diz respeito aos bens simbólicos e aos ritos de instituição, e o processo de profissionalização na área da saúde das irmãs pertencentes à Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. Este movimento enfoca as divergências referentes a emergência dos ideais de inserção social a partir da realização do Concílio Ecumênico Vaticano II, efetivados através dos cuidados com o corpo e a alma. A partir de entrevistas e de documentos institucionais da Congregação de da CRB (Conferência de Religiosos do Brasil) possibilita, a partir daí, reflexão acerca dos efetivos sentidos da vida religiosa feminina hordienamente.

Palavras-chave: Vida religiosa – profissionalização – inserção social – corpo.

**JOINTS BETWEEN RELIGIOUS AND FIELD WORK WITH OCCUPATIONAL
HEALTH IN THE CONGREGATION OF THE CONGREGAÇÃO DAS IRMÃZINHAS DA
IMACULADA CONCEIÇÃO (1960-1990).**

ABSTRACT: This paper presents the links between specific features of the religious field, in the case of symbolic goods and the rites of institution, and the professionalization process in the health area of the sisters belonging to the *Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição*. This movement focuses on the differences concerning the emergence of the ideals of social inclusion as the completion of the Vatican II, made effective through the care of the body and soul. Based on interviews and institutional documents of the Congregation and the CRB (Conference of Religious of Brazil) make possible, thereafter, reflecting on the actual meanings of female religious life actually.

Keywords: Religious life - professionalization - social inclusion - body.

Seus conventos serão as casas dos doentes; suas celas, um quarto de aluguel; suas capelas, a igreja paroquial; seu claustro, as ruas da cidade ou as salas dos hospitais; terão por clausura a obediência; por grade a crença em Deus, e por véu a modéstia. (HUGO, 1967, p.80)

Em *Os Miseráveis*, Victor Hugo relata a sociedade francesa do período pós-revolucionário através de uma perspectiva social, apresentado hipocrisias, mazelas e injustiças resultantes da revolução de 1789. Uma das personagens (secundárias) da obra é a

* A autora é doutoranda em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UFSC. Mestre em História Cultural pelo mesmo programa e especialista em História Social no Ensino Fundamental e Médio pela UDESC. Endereço eletrônico para contato: caroljcubas@gmail.com

quimérica irmã Simplícia, ao encargo de quem Cosette (uma das protagonistas) é deixada aos cuidados. Encarnação da bondade e da devoção, Ir. Simplícia pode ser considerada a idealização da mulher dedicada à vivência institucional da religião, alternando-se entre a contemplação e o cuidado de outrem. Esta idealização, no entanto, refere-se a um contexto e período bastante específicos e não deve ser tomada como generalizante afinal a vida religiosa feminina é extremamente dinâmica e passível de transformações.

Até os séculos XVII e XVIII, a vida religiosa gozava de certa autonomia social, limitada apenas pela hierarquia eclesiástica, que estipulava as regras e normas para a vivência institucional da religião. O único modelo possível para a vida religiosa feminina era o modelo contemplativo, ou seja, a vida enclausurada em conventos e/ ou recolhimentos onde o objetivo girava em torno da busca pela santidade através de orações e da vida regrada, norteadas pelos princípios estabelecidos pela Igreja Romana. Independentemente dos elementos que motivavam a busca por esta vivência, uma vez que esta não era apenas incitada por motivos de fé, porem poderia ser engendrada por questões como uma gravidez indesejada, viuvez precoce, castigos, defesa da honra, de patrimônio, entre outros, a vida conventual era condição *sine qua non* para o reconhecimento social como religiosa. No século XIX, devido a uma série de fatores político-sociais relacionados às conseqüências das revoluções Francesas e Industriais, surgem as primeiras congregações religiosas com projeto de atuação social. A imagem da irmã começa, a partir daí, a sofrer alterações. Em fins do século XIX ocorre a instalação das primeiras congregações de vida apostólica, de engajamento social, no Brasil. Esta vinda, no entanto, não foi de todo pacífica, gerando uma série de conflitos, afinal oneraria despesas relacionadas à manutenção das casas, conventos e da subsistência das próprias irmãs. A vinda destas congregações estava também relacionada ao projeto de restauração do catolicismo em terras brasileiras, afetado pelo fim do Padroado Régio e dissolução dos laços que uniam Igreja e Estado com a proclamação da República. É neste conturbado contexto que surge, em Santa Catarina, a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição.

A história da congregação, principalmente em seus primeiros anos, confunde-se com a de sua fundadora Amábile Visintainer/ Santa Paulina, canonizada pelo papa João Paulo II em 2002. Vindos do Trentino (norte da Itália), região disputada na guerra Austro-

Italo-Prussiana, em 1875, os Visintainer se estabeleceram nas terras onde hoje se localiza o bairro de Vígolo, na cidade de Nova Trento - SC. Tinham por meio de subsistência, assim como a maioria dos imigrantes da época, a prática agrícola e a construção civil, uma vez que o pai de Amábile era pedreiro por profissão.

Ao lado da colega Virgínia Nicolodi, Amábile cuidava de tarefas relativas a Igreja como catequese, limpeza da capela local e visita aos doentes da região. Aos 25 anos de idade, começaram a cogitar a possibilidade de trazerem para Nova Trento uma congregação religiosa, na qual pudessem ingressar. Frente à impossibilidade devido à falta de recursos, argumentada pelo padre Rossi, jesuíta responsável pela região, decidiram então morar em um casebre, onde pudessem vivenciar os preceitos morais da religião, apesar de temerem a reprovação dos pais em tal empreitada.

Tendo o apoio do padre, em 1890 conseguiram um casebre de madeira com um comerciante italiano residente em Tijucas, nas proximidades, onde fundaram o “*Ospedaletto San Vigilio*” para cuidar de uma senhora idosa e enfraquecida pelo câncer, de outros doentes da região e iniciar o que viria a ser posteriormente a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. No ano de 1899 já eram mais de vinte religiosas divididas em duas casas, ainda na cidade de Nova Trento. Com o passar dos anos a congregação, que tem por data oficial de fundação 12 de julho de 1890, estendeu suas fronteiras para além da cidade onde foi instituída e atualmente encontra-se organizada em quatro províncias e uma regional, possuindo casas por todo o Brasil, além de comunidades na Colômbia, Bolívia, Nicarágua, Guatemala, Chile, Chad e Camarões na África e na Itália.

Vale pontuar que a maioria dos livros que versam sobre a história da congregação são produções da própria congregação, escritos por irmãs ou padres. Apresentam, portanto, uma narrativa enaltecida da trajetória de Madre Paulina e conseqüentemente da história da congregação. Um exemplo é o livro “A coloninha” de Fidelis Dalcin Barbosa (1979), publicado em 1967 e leitura obrigatória durante a formação religiosa nas casas ou colégios da congregação. O livro, editado pela primeira vez no período imediatamente pós Concílio Vaticano II conta a história de Madre Paulina pelo viés da simplicidade, obediência, bondade, ação e doação. Predicados concernentes a imagem

de religiosa desejada naquele período e com o que havia sido postulado como fundamental para a vida religiosa pelo Concílio Vaticano II.

A convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II pode ser considerada como um divisor de águas em relação às transformações nas formas de autocompreensão e de inserção social da Igreja Católica. Ao falarmos em autocompreensão, partimos do pressuposto de que é incoerente estudar a história da Igreja sem levar em consideração todas as particularidades do período que está sendo estudado e o fato de que essas particularidades, ou aspectos culturais, são plásticos e mutáveis, assim como a instituição. A Igreja como instituição deve ser compreendida em sua historicidade. Culturalmente construída, coerente com seu contexto e, portanto, passível de reformulações. De acordo com Poulat (1971, p.822) “a compreensão histórica da Igreja não pode ser da mesma ordem que a compreensão eclesial ou teológica da história”.

Apesar de não se saber ao certo se foi o Concílio que engendrou tais modificações ou se o mesmo foi convocado apenas para sancioná-las, é ponto pacífico o fato de que as quatro reuniões realizadas entre 1962 e 1965 e os documentos que as mesmas elaboraram, delimitaram e legitimaram uma nova forma de ser católico, definiram novos parâmetros de vida religiosa, direcionada a partir de então à atuação junto a sociedade. Para Ivan A. Manoel

A convocação do Concílio Vaticano II foi uma resposta institucional a uma tendência de se buscar respostas e soluções para as contradições capitalistas em doutrinas políticas leigas e até materialistas, o que poderia provocar o abandono da fé católica, esta ainda bastante presa às estruturas e visão de mundo implantadas pelas reformas ultramontanas do século XIX. (MANUEL, 2000, p.144)

Contar a história da congregação pelo viés da atuação social, ressaltando o trabalho junto aos doentes e à comunidade de uma forma geral vem ao encontro da proposta de *aggiornamento* do papa João XXIII. A palavra italiana *aggiornamento*, que pode ser traduzida por “colocar-se em dia” ou “atualizar-se”, acabou rompendo as barreiras de seu sentido semântico tornando-se conceito representativo daquilo que a convocação do Concílio representava para a Igreja enquanto instituição e das mudanças pelas quais esta vinha passando. Mudanças estas relacionadas a um contexto social dinâmico, o qual não comportava mais uma Igreja nos moldes tradicionais. Claro está que tamanha

transformação estrutural não foi consensual, uma vez que o número de clérigos temerosos frente a esta “modernização” não era insignificante. O Concílio foi alvo de críticas e desavenças dentro da própria Igreja. Incertezas sobre os procedimentos e as agendas de discussão geraram tentativas de sabotagem na organização e posicionamentos preocupados, como o do Cardeal Montini (Milão) que, alarmado, comentou: “Esse santo velho não percebe que está mexendo em um vespeiro” (DUFFY, 1998, p.271) ou o do Cardeal Lercaro (Bologna) que qualificou o anúncio do Concílio como sinal de imprudência e inexperiência. De qualquer forma, a referência ao Concílio e suas resoluções aqui se fazem significativas no sentido de relacionar a proposta de inserção e atuação social à forma como a história da congregação vem sendo contada desde então.

Outro ponto bastante significativo ao falarmos sobre uma congregação religiosa feminina é a especificidade do campo sobre o qual as reflexões estão sendo elaboradas. O campo religioso goza de certa autonomia e tem características e dinâmicas de funcionamento peculiares. É, assim como qualquer campo cultural, um universo de crença que, no entanto, também se refere à crença. Os campos, na sociologia de Pierre Bourdieu, são caracterizados, de uma forma geral por uma luta de classificação, de consagração, de legitimação de delimitação de fronteiras e pela consciência de si e da sua história como imanescentes ao funcionamento do próprio campo (CHARTIER, 2005). A produção da crença no campo, essencial para a manutenção do mesmo, depende da economia (da fabricação e consumo) de bens simbólicos, no caso do campo religioso, do monopólio bens de salvação. Esse monopólio só é eficaz, no entanto, se for admitido como inerente ao próprio campo. O campo funciona a partir dos preceitos que regem a economia, através do “comércio” de capitais específicos de cada campo. O capital a ser negociado são aquelas características atribuídas aos representantes no campo aos portadores do capital, àqueles que são nomeados e autorizados a falar em nome do campo por possuírem tais características (BOURDIEU, 2004, p.27-78). Aos sacerdotes, padres e, de algum modo, freiras, por exemplo.

O reconhecimento da posse de tais bens, no que se refere especificamente às freiras, no catolicismo, depende da passagem das mesmas por um processo de formação.¹ Este processo é composto por fases distintas onde se aprende a ser uma religiosa. Incorporam-se hábitos e costumes. Adquire-se, parafraseando Miriam Pillar Grossi (1990), o “jeito de freira”. Na Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição as fases são, respectivamente, aspirantado, postulante, noviciado, primeiros votos, juniorato e votos perpétuos. Os votos perpétuos (castidade, obediência e pobreza) acontecem em cerimônia que consagra, finalmente, à mulher o estado de religiosa. É o *rito de instituição* que atribui à religiosa o reconhecimento da posse dos bens de salvação (BOUDIEU, 1998). Sua autorização a falar em nome da instituição que representa deve, no entanto, ser relativizada. A irmã religiosa está vinculada à Instituição eclesiástica através dos seus votos, é reconhecida pelos leigos como religiosa em um processo de distinção. A vida consagrada e os *habitus* (compreendido como a naturalização das características e incorporação de regras sociais), específicos à mesma, de uma forma geral, vão diferenciar religiosos e leigos.² No entanto, a irmã não participa da hierarquia eclesiástica, o que, obviamente, limita suas possibilidade de falar em nome da instituição. Vale lembrar que, mesmo proferindo os votos perpétuos, a irmã não é ordenada, como um padre, e portanto não está apta a ministrar os sacramentos. Não participa de sínodos e das definições mais significativas dentro da Igreja. Seus espaços de atuação, em nome desta mesma instituição que restringe sua participação de forma veemente, está relacionada à atuação pastoral, em comunidades de base, escolas, hospitais, etc. Nesse sentido, em 22 de maio de 1994, o papa João Paulo II ratifica a impossibilidade do sacerdócio feminino, recorrendo como respaldo argumentativo à declarações de Paulo VI, em 1975 e à Bíblia. A não ordenação feminina foi negada em caráter definitivo, tendo como razões

¹ Ao explicar a gênese do campo religioso, Bourdieu recorre a Weber e ressalta distinções entre o lugar do sacerdote, o qual passaria por um processo de formação para falar em nome de uma instituição, e o profeta, que teria a posse dos bens mesmo sem o reconhecimento desse processo e que não estaria ligado à instituição alguma.

² Digo de uma forma geral porque esse processo de distinção apresenta algumas complexidades que não serão aqui discutidas mas que merecem ser pontuadas, especialmente após o C.V. II e a tentativa de delimitar novas formas e sentidos para a vida religiosa. Neste sentido cf. CUBAS, Caroline J. *Rompendo Hábitos: significados do uso do hábito e do seu abandono pelas Irmãzinhas da Imaculada Conceição*. Trabalho apresentado no Simpósio Muitas Faces do Cristianismo, promovido pelo Centro de Estudos sobre História da Igreja Latino-Americana – CEHILA – em agosto de 2005. Disponível em http://www.cehila-brasil.org.br/Biblioteca/Arquivo_102.doc.

o exemplo - registrado na Sagrada Escritura - de Cristo, que escolheu os seus Apóstolos só de entre os homens; a prática constante da Igreja, que imitou Cristo ao escolher só homens; e o seu magistério vivo, o qual coerentemente estabeleceu que a exclusão das mulheres do sacerdócio está em harmonia com o plano de Deus para a sua Igreja.³

Ao negar a possibilidade de sacerdócio e da ordenação, o papa atribui, na mesma carta apostólica, fundamental importância ao papel das mulheres na vida e missão da Igreja, outorgando às mesmas o papel de *renovamento (sic) e humanização da sociedade, e redescoberta, entre os fiéis, da verdadeira face da Igreja*.⁴ Às mulheres religiosas, irmãs, é, portanto, reservado o papel de disseminação das verdades da Igreja entre os fiéis. Verdades estas em relação as quais elas, as irmãs, não têm poder de definição. Falam em nome de uma instituição que, no entanto, não faz questão de sua voz, mas apenas de seus braços. Braços estes que independente da posição que (não) assumem hierarquicamente dentro da instituição eclesiástica vem, desde fins do século XIX, atuando em diferentes áreas, especialmente na educação, assistência social e na saúde.

A contribuição das congregações femininas na área da saúde, segundo Riolando Azzi (2005), foi deveras expressiva desde o estabelecimento das mesmas no Brasil. Várias foram as que se ocuparam da administração interna das Santas Casas de Misericórdia e hospitais, do cuidado com enfermos considerados contagiosos e do estabelecimento de leprosários. Nas primeiras décadas do século XX se direcionavam também ao atendimento a tuberculosos e a cursos de enfermagem, buscando preparar moças para o trabalho hospitalar. Tal direcionamento está plenamente de acordo com o modelo congregacional instituído na França e personificado pela irmã Simplícia, sob pena de Victor Hugo. Tal modelo caracterizava-se, de acordo com Maria José Rosado Nunes (1986), como uma forma de vida disciplinada, controlada, através do exercício de atividades úteis à sociedade e por alcançarem certa independência econômica.

³ Declaração de Paulo VI, citado por João Paulo II na carta apostólica *Ordinatio Sacerdotalis*, de 22 de maio de 1994. Disponível para consulta em http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hf_jp-ii_apl_22051994_ordinatio-sacerdotalis_po.html

⁴ João Paulo II na carta apostólica *Ordinatio Sacerdotalis*, de 22 de maio de 1994. Disponível para consulta no endereço eletrônico acima citado.

Na Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, a atuação direta na área da saúde marcou o início dos trabalhos de Virgínia Nicolodi e Amábile Viseintainer em Nova Trento, no *Ospedaletto San Vigilio*. A preocupação com a saúde foi, portanto, desde o princípio, um dos direcionamentos da Congregação. As constituições e diretórios da congregação, as quais norteiam a vida das mulheres que buscam a vivência institucional da religião entre as Irmãzinhas da Imaculada Conceição, trazem bastante explícita tal preocupação. A saúde, nesses documentos, é relacionada à ação pastoral, sendo que a Irmã Enfermeira, tendo por exemplo a vida de Cristo, deve se dedicar a proteger a vida, em todas as suas instâncias (a que está para nascer, a ameaçada e a integral). Ao pontuar as atitudes de Amábile⁵ em relação aos cuidados com uma cancerosa, estas são ressaltadas como exemplo de êxito máximo, uma vez que, através da dedicação e abnegação de si mesma – segundo o diretório da congregação – Amábile conseguiu que a “cancerosa morresse na paz do Senhor”⁶. Os objetivos da vida religiosa dedicada à pastoral da saúde dizem respeito à

- Conscientizar as Irmãzinhas do valor da vida e da necessidade de zelar pela saúde.
- Despertar na Irmãzinha o desejo profundo de reproduzir em sua vida as atitudes evangélicas para que seja presença de Cristo junto aos doentes, levando-os à vivência do Ministério Pascal.
- Desenvolver nos funcionários uma atitude de acolhimento, atenção, carinho entre eles e com os doentes e familiares.
- Avivar o espírito da equipe de saúde hospitalar e social, para um trabalho eficaz e integrado.
- Transformar o ambiente de trabalho em centro de formação, estudos e pesquisas bio-sociais para o aperfeiçoamento de todos que integram a equipe de saúde.
- Proporcionar os cuidados de aspectos preventivo, curativo e educacional, não só ao doente, mas à família e à comunidade na qual ele está inserido.⁷

Para atingir tais objetivos, os Diretórios regem um empenho intensivo às leituras, exames de consciência, meditação, reza do terço, exercícios de penitência, celebrações litúrgicas e, especialmente, participação da missa cotidiana e, se possível, da confissão, uma vez que estas são práticas que reconfortam o espírito para o exercício da profissão. Outra indicação de caminho para a obtenção de bons resultados na prática

⁵ O diretório da congregação não cita a participação de Virgínia Nicolodi neste momento.

⁶ Diretórios da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição de 1974.

⁷ Idem.

apostólica do cuidado com a saúde é através do exercício do amor. Da vivência do amor entre si, no sentido de sensibilizarem médicos, pacientes e familiares e da contribuição para a manutenção e prevenção da saúde social e comunitária através do “despertar na comunidade e nas famílias o amor à vida”⁸.

Amor, penitências, celebrações, orações e meditação não são, certamente os meios mais tradicionais do exercício da enfermagem. O objetivo primeiro da profissão não seria também, obviamente, que um paciente morresse na paz do Senhor. A preocupação com a saúde, na Congregação, não está relacionada, portanto, exclusivamente, à prática curativa, mas ao conforto espiritual e à solidariedade. Os bens de salvação portados pelas irmãs não dizem respeito exatamente à salvação do corpo, porém a da alma.

A dissociação entre alma e corpo é temática sempre recorrente. A filosofia grega clássica por diversas vezes formulou explicações no sentido de compreender quais os elementos de animação do corpo físico. De acordo com Leandro Neves Cardim (2009, p.20), “desde a aurora do pensamento ocidental – desde os filósofos gregos como Platão e Aristóteles – foram estabelecidas séries de separações e correlações entre a alma e o corpo”. Práticas medievais, como o culto às relíquias, evidenciavam a dificuldade de distinção destas duas categorias. As virtudes da alma estavam metonimicamente contidas nos fragmentos de um corpo também virtuoso e, portanto, miraculoso. O corpo medieval, segundo José Carlos Rodrigues (1999) não poderia ser considerado como um simples revelador da alma, uma vez que era o lugar simbólico em que se constituía a própria condição humana. Tal assertiva nos ajuda a compreender alguns elementos da sensibilidade medieval, como aqueles relativos à dor e aos sentidos atribuídos à mesma. O sofrimento físico era representativo da fé sólida, da sabedoria inabalável, do desligamento de coisas vãs e da purificação. Tinha caráter mítico e transcendental. A emergência do pensamento moderno e, principalmente a partir de Descartes, tais significados foram substituídos por uma forma individual e técnica de se compreender a dor. Ao distinguir corpo e alma, através do dualismo cartesiano, o corpo passou a ser visto através de pressupostos lógicos e desencantados (necessários para a prática da anatomia, considerada pecaminosa até então e fundamental para o processo de desencantamento do corpo). Tais pressupostos respaldaram

⁸ Idem

a emergência de uma nova sensibilidade em relação à dor, que passou a ser encarada como um problema de “maquinismo corporal, passível de ser consertado” (RODRIGUES, 1999, p.60). A dor foi, gradativamente, perdendo seus atributos metafísicos e passando a ser compreendida como assunto farmacológico. O padecimento físico perdeu o sentido sacro passando a ser, portanto, remediável.

A existência de um campo específico para os cuidados com o corpo restringiu à religião os cuidados d’alma. Mesmo atuando como enfermeiras ou atendentes, os objetivos primeiros das religiosas não eram os mesmos dos “profissionais da saúde”. Suas preocupações giravam em torno do conforto do corpo para a tranquilização do espírito. Isso não significa, no entanto, que eram indiferentes às especificidades do campo da saúde. Os mesmos diretórios da congregação que exaltam a necessidade das orações, meditações e amor no cuidado com os doentes, pontuam a importância indispensável da atualização pastoral e técnica da própria profissão, atentando, porém para a necessidade de se “refletir seriamente sobre a medicina simplificada, em vez de pensar tanto na medicina sofisticada”.⁹

Este receio em relação à sofisticação não diz respeito somente à medicina, mas é representativo dos conflitos existentes dentro da própria instituição eclesiástica dentro de um contexto bastante específico. As críticas ao movimento modernista, mais especificamente a algumas características a ele atribuídas são explicitados desde fins do século XIX. Durante a primeira metade do século XX a instituição eclesiástica viveu a conflitante situação entre aquilo que havia sido estabelecido como ideal no Concílio Vaticano I¹⁰ e as necessidades político-sociais do Brasil e, conseqüentemente, de Santa Catarina. Tais necessidades diziam respeito ao engajamento dos religiosos no meio social. O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe consigo a necessidade de reformulação do sistema econômico. O modelo nacional desenvolvimentista emergia como possibilidade

⁹ Diretórios da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição de 1974

¹⁰ A Igreja, neste momento, respaldava-se em bases tradicionais, autoritárias e hierárquicas. Bases seculares, sancionadas pelo Concílio de Trento e reforçadas em 1870 pelo Concílio Vaticano I. Tais bases configuravam uma autocompreensão de Igreja que a definia enquanto uma “sociedade perfeita” a qual deveria maquiatar tensões e reger os cristãos por ser portadora da revelação divina e mantenedora da verdade religiosa. Esta autocompreensão, ou auto-entendimento da Igreja enquanto instituição definia Roma como referência, centro e modelo institucional, preconizava a infalibilidade do Papa, e proclamava a autonomia da Igreja em relação ao Estado.

eficaz de luta contra uma situação deveras crítica. Seria, portanto, papel da doutrina social católica a humanização do sistema capitalista uma vez que, acreditava-se, o trabalho geraria riquezas e bem estar. Tais elementos fariam do Estado um “corpo sadio” e manteriam a distância de “perigos infecto-contagiosos”, como o comunismo. Alguns anos mais tarde, o Concílio Vaticano II viria a ratificar a necessidade de inserção social da Igreja, numa tentativa de aproximá-la do *povo de Deus*.

O engajamento nesta empreitada humanizadora apresentava, todavia, alguns riscos para os próprios “agentes humanizadores”. As novidades modernas eram assumidamente sedutoras e até mesmo aqueles que se dedicavam à vida religiosa estavam sujeitos às artimanhas da sedução. Em 1982 foi editado pela Conferencia dos Religiosos do Brasil – CRB - uma compilação de artigos referentes à formação religiosa e um deles, escrito pela Ir. Maria Carmelita (1982), fazia referência aos resultados de se assumir as transformações trazidas pela modernidade na vida religiosa. O artigo problematizava a ingenuidade de grande parte dos religiosos, os quais não percebiam que por detrás deste surto modernizante estavam a exploração, a injustiça social e a capitulação diante o discreto charme da burguesia. Este despreparo, segundo a Irmã Carmelita, possibilitou que alguns grupos se identificassem com os ideais burgueses provocando uma relativa perda de identidade religiosa, desintegração grupal e abandono dos projetos religiosos. Tais preocupações são compreensíveis, uma vez que as décadas de setenta e oitenta assistiram a um movimento de profissionalização dos religiosos que se dedicavam a outras atividades, além das consagradas. O diretório da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, em relação ao trabalho pastoral na área da saúde atenta para a necessidade de se zelar para que as Irmãs tenham segurança e legalização profissional. A primeira vista pode parecer estranho que a profissionalização se configure como um problema afinal, há muito tempo as religiosas se dedicam ao cuidado dos doentes. Várias foram as congregações fundadas com este fim ou que, ao menos, trazem a pastoral da saúde entre seus objetivos de atuação. Pensar a profissionalização coloca esta prática, no entanto, em outras instâncias.

Mesmo que a dedicação e cuidado com outrem tenham marcado o desenvolvimento da vida religiosa feminina, estes sempre tiveram por objetivo a cuidado com a alma. As irmãs passavam (e assim ainda é) por um processo de formação religiosa

onde aprendiam sua função e seu papel na sociedade e esse se fundamentava na disseminação das verdades do catolicismo. A prática da enfermagem, conforme os diretórios da Congregação, tinha por sentido primeiro o conforto do corpo como uma preparação para o *encontro com o Cristo*, a exemplo do trabalho de Amábile Visintiner com a senhora cancerosa. Mesmo atuando na área da saúde, eram exclusivamente religiosas. Continuavam restritas ao campo religioso, uma vez que, mesmo atuando sobre o corpo, seu capital simbólico ainda era constituído pelos bens de salvação (d'alma). A profissionalização implicava alterações afinal agora não seriam apenas religiosas atuando na área da enfermagem; seriam religiosas e enfermeiras. Passariam, portanto, por dois processos de formação, seriam instituídas socialmente de duas formas diferentes, fariam dois juramentos, portariam diferentes capitais simbólicos (relativos agora à alma e ao corpo) e, especialmente, estariam participando de dois campos culturais: o religioso e o a saúde.

O campo religioso é caracterizado pela posse dos bens relativos ao cuidado com a alma. É um espaço de lutas pela definição de fronteiras do que é ser religioso e das diferentes maneiras de se desempenhar o papel de religioso. A questão da profissionalização, especialmente no que se refere à área da saúde, sugere uma redefinição dessas fronteiras. Especialmente relativa à área da saúde porque esta também lida com a salvação. Salvação do corpo, no entanto. A religiosa profissional da enfermagem acaba por personificar o problema da dissolução do campo religioso. O cuidado com a alma, através dos métodos da enfermagem ou da psicologia, por exemplo, se dá de uma forma laicizada, através de métodos também laicos. Sua instituição e a legitimação na profissão estão intimamente relacionadas ao reconhecimento de sua capacidade de compreender o funcionamento do corpo alheio às paixões da alma e, quando à serviço de uma instituição laica, é sobre o corpo exclusivamente, que está religiosa deverá atuar.

Os relatórios da CRB referentes ao triênio 1980-1983 fazem diversas referências às especificidades desta busca pela profissionalização, transparecendo preocupações ao afirmar que:

com as transformações culturais e sociais os religiosos (as) passaram a procurar novas formas de serviço na sociedade, extrapolando o âmbito das próprias instituições. A secularização implicou, com o deixar locais de

residência “sacrais”, o buscar também postos de serviço “não-sacrais”, isto é, fora do contexto da “casa religiosa”.¹¹

O fato de trabalharem muitas vezes em instituições privadas, de caráter laico, aproximava as irmãs dos “perigos da secularização, fenômeno que incidia de modo mais direto e profundo na vida dessas religiosas e representava um perigo de assimilação da mentalidade burguesa, devido ao tipo de atividade exercida e ao ambiente de trabalho”.¹² Principalmente após o Vaticano II e as definições acerca da necessidade de inserção social, muitas irmãs foram viver em comunidades carentes e, não podendo a congregação sustentar tais comunidades, acabavam por usar suas profissões como forma de subsistência. Dedicavam períodos do dia, noite ou fins de semana para o trabalho pastoral e a maior parte do tempo no trabalho profissional, donde proveria seu sustento e aquele dos que estavam ao seu encargo.

O campo religioso passa, dessa forma, por um dinâmico e contínuo processo de redefinição, afinal essa inserção social e profissionalização, ao mesmo tempo em que representa riscos para a vivência institucional da religião acaba por justificar a própria existência da mesma nos dias de hoje. O número de moças que procuram uma congregação religiosa atualmente e daquelas que abandonam as congregações, vem decrescendo e aumentando, respectivamente. Em uma sociedade de corpos castigados pela fome, problemas sociais, e violências dos mais diversos tipos, a preocupação exclusiva com a salvação da alma parece não mais justificar uma vida dedicada à religião.

A vida religiosa feminina vem passando por reformulações, assim como o próprio campo religioso. Limites, fronteiras e sentidos são alguns dos aspectos que clamam por ressignificações. Na tentativa de justificar a necessidade dessas transformações a Ir. Bolzan responde-me, com tons de desencanto e inconformação em suas palavras que o “papel da irmã hoje parece não existir. Se dissessem que a vida religiosa feminina acabou amanhã, deu. Ninguém sentiria falta”¹³.

¹¹ Relatório de atividades 1980-1983 – CRB.

¹² Idem.

¹³ BOLZAN, Ir. Leodi. Depoimento concedido à Caroline Jaques Cubas em 07/09/2004. Acervo da autora.

Referências

- AZZI, Riolando. Ordens e Congregações na formação social brasileira. **História Viva**. A Igreja Católica no Brasil: Fé e transformações. Edição especial temática n. 2. Segundo semestre de 2005.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. **A Coloninha**. São Paulo: Congregação da Irmãzinhas da Imaculada Conceição, 1979.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CARDIM, Leandro Neves. **Corpo**. São Paulo: Editora Globo, 2009.
- CARMELITA, Ir. Maria. O novo lugar social da vida religiosa no Brasil. In BOFF, Clodovis. (et alli). **Formação para a vida religiosa hoje**. Rio de Janeiro: Publicações da CRB. 1982.
- CHARTIER, Roger. O mundo econômico ao contrário. In ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CUBAS, Caroline J. **Rompendo Hábitos**: significados do uso do hábito e do seu abandono pelas Irmãzinhas da Imaculada Conceição. Trabalho apresentado no Simpósio Muitas Faces do Cristianismo, promovido pelo Centro de Estudos sobre História da Igreja Latino-Americana – CEHILA – em agosto de 2005. Disponível em http://www.cehila-brasil.org.br/Biblioteca/Arquivo_102.doc.
- DUFFY, Eamon. **Santos e Pecadores**. São Paulo: Cosac & Naify, 1998. p. 271.
- GROSSI, Miriam Pillar. Jeito de Freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, n. 73, maio de 1990. HUGO, Victor. Os Miseráveis. São Paulo: Edameris, 1967. Livro 2, pág. 80.
- MANOEL, Ivan A. A esquerdização do catolicismo brasileiro (1960-1980): Notas prévias para uma pesquisa. **Estudos de História**. Vol. 7 n. 1. Olho d'água/ Unesp: Franca, 2000.
- NUNES, Maria J.R. Prática político religiosa das congregações femininas no Brasil – uma abordagem histórico-social. In AZZI, Riolando; BEOZZO, José Oscar. (org.) **Os Religiosos no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1986.
- POULAT, Emile. Compreensão Histórica de Igreja e Compreensão Eclesiástica da História. In **Concilium**. N. 7, 1971.

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na História**. Coleção Antropologia e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

SOUZA, Rogério Luiz de. **A Reforma Social Católica e o Novo Limiar Capitalista**. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2001, Tese. (Doutorado em História)